



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

### DECRETO SNº/2024

Declara vacância do cargo do(a) servido(a) **TERESA ALVES DE SOUZA**, **Auxiliar de Ensino**, servidora estatutária, em razão de **aposentadoria**, conforme previsão expressa em legislação local.

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, e considerando imposição legal:

CONSIDERANDO notificação do tribunal de contas dos municípios (TCM/BA), por meio do edital nº 333 de 2023, voltou a cientificar o município da necessidade de proceder a aposentadoria compulsória de servidores e de apurar o percebimento simultâneo de proventos de aposentadoria com cargo público como já notificado pelo Edital nº 511 de 2019.

CONSIDERANDO que referida questão foi pacificada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no RE nº 1.302.501, de **repercussão geral**, onde a suprema corte ratificou que servidores aposentados pelo regime geral, não podem continuar exercendo os cargos públicos que originaram as aposentadorias quando lei municipal prevê a vacância, exatamente o caso do município de Lauro de Freitas que desde 1990 possui legislação sobre o tema. Considerando ainda que o STF, fez o correto *distinguishing* entre os temas nº 606 (empresas públicas de regime híbrido) e 1150 (entidades da administração direta com regime jurídico único), ratificando em decisão final, que a vacância se aplica a servidores que se aposentaram inclusive antes da Emenda Constitucional nº 103 de 2019.

CONSIDERANDO, que novamente provocado o STF (Supremo Tribunal Federal), por meio do SS561 BA, voltou a se manifestar, que o tema nº 1150, se aplica inclusive a servidores aposentados antes da EC nº 103 de 2019 e pronunciou *“Em suma, existindo previsão específica na lei municipal quanto à vacância do cargo, emprego ou função pública decorrente da aposentadoria do servidor público municipal, não há falar na exceção (de permanência) prevista no art. 6º da EC nº 103/2019, mas na aplicação da tese firmada no Tema nº 1.150/RG”*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

**CONSIDERANDO**, que o Município não realiza tal feito por opção ou desejo, mas sim em estrito cumprimento ao princípio da legalidade, dever do administrador, sendo nos termos do SS561BA (STF), reiterado, que a manutenção desses servidores pelo município é burla ao concurso público e violação de comando constitucional de vedação de acúmulo de cargo público com provento de aposentadoria.

### **DECRETA:**

**Art. 1ª** – Fica por **força de imperativo legal**, nos termos do art. 32 e/ou 200 da Lei Municipal 1.519 de 2013 declarada a vacância do cargo de auxiliar de ensino II, matrícula nº 1173 ocupado(a) pelo servidor(a) **estatutário**, Senhora **TERESA ALVES DE SOUZA**, em razão de aposentadoria, nos termos do parecer jurídico da PGM nº 92 de 2021.

**Art. 2ª** – Fica encerrado o procedimento investigação preliminar sumária (IPS) nº 999.460.00678/2023-00 (e-PAD nacional) instaurado pela Corregedoria, visto saneamento do feito.

**Art. 3ª** – Revoguem-se as disposições em contrário.

Lauro de Freitas, 04 de janeiro de 2024.

**Moema Isabel Passos Gramacho**  
Prefeita Municipal

**Ailton Florêncio dos Santos**  
Secretário Municipal de Administração e de Ações e Projetos Estratégicos

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE,**

**Antonio Jorge de Oliveira Birne**  
Secretário Municipal de Governo e Relações Institucionais